

**APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS  
DO CRATO – INFRAESTRUTURAS SECUNDÁRIAS**  
**PROJETO DE EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE REGADIO  
DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO CRATO**

**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
DO PROJETO DE EXECUÇÃO**  
**PROPONENTE AIA: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO**  
**PROCESSO DE AIA N.º 3473**

**VOLUME 4 – ANEXOS**  
**DT 07 - E.29. PLANO DE COMPENSAÇÃO DAS QUERCÍNEAS**

**MAIO 2024**

**APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DE FINS MÚLTIPLOS DO CRATO**  
**PROJETO DE EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE REGADIO**  
**DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO CRATO**  
**RELATÓRIO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

**ÍNDICE DE VOLUMES**

**VOLUME 1 - RESUMO NÃO TÉCNICO**

**VOLUME 2 - RELATÓRIO BASE**

**VOLUME 3 - PEÇAS DESENHADAS**

**VOLUME 4 - ANEXOS**

**APÊNDICES (Ap)**

Ap 01 – TUA-DIA

Ap 02 – MUNICÍPIO DE AVIS

Ap 03 – OFÍCIO DA DGADR PARA DGEG

Ap 04 – ENTIDADES CONTACTADAS

Ap 05 – DECRETO-LEI N.º 62/2022, DE 26 DE SETEMBRO

**DOCUMENTOS TÉCNICOS (DT)**

DT 01 – E.10. REVISÃO DAS PRESSÕES POR MASSA DE ÁGUA

DT 02 – E.11. ESTUDO DAS CARGAS DE AZOTO E FÓSFORO

DT 03 – E. 18. MEDIDAS DE REPOSIÇÃO DA CONTINUIDADE FLUVIAL

DT 04 – E.19. PLANO DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DAS GALERIAS RIBEIRINHAS ASSOCIADAS AO PERÍMETRO DE REGA

DT 05 – E.20. INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO PROJETO DE EXECUÇÃO, EM FORMATO SHAPEFILE

DT 06 – E.28. PLANO DE CIRCULARIDADE

DT 07 – E.29. PLANO DE COMPENSAÇÃO DAS QUERCÍNEAS

DT 08 – E.30. PROGRAMA DE DESARBORIZAÇÃO E DESMATAÇÃO

DT 09 – E.31. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

DT 10 – E.34. PROJETO DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

DT 11 – E.36. PLANO DE CONTROLO E GESTÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS  
EXÓTICAS INVASORAS

DT 12 – E.38., E.41., E.42. MITIGAÇÃO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO  
PATRIMONIAL

DT 13 - E.43., E.44. DETERMINAÇÃO DAS EMISSÕES DE GEE E DA  
CAPACIDADE DE SUMIDOURO DE CARBONO AFETADA

DT 14 – E.53. PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

## NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento – **DT 07 - E.29. Plano de Compensação das Quercíneas** - corresponde ao solicitado no **ponto 29** dos Elementos a apresentar em sede de Projeto de Execução e de RECAPE da DIA (Declaração de impacte ambiental) do AHFM do Crato.

**ELEMENTO “29. Plano de Compensação das Quercíneas detalhado e de acordo com as seguintes orientações:**

*i. Apresentar a área de compensação para os exemplares abatidos e afetados e o respetivo plano de gestão, sabendo que os terrenos devem ter a possibilidade de ficar cativos e ter condições edafo-climáticas adequadas à espécie a abranger, devendo ser garantido o acompanhamento da plantação/beneficiação.*

*ii. Para o caso de sobreiros e azinheiras em povoamento a compensação pode ser feita por:*

*a) arborização (de áreas abertas ou com poucas árvores) aplicando um fator no mínimo de 1,25 x (área de abate mais a área de afetação de raízes);*

*b) beneficiação de povoamentos de sobreiro ou azinheira (com adensamentos) aplicando um fator de 3 x área de abate mais a área de afetação de raízes);*

*c) beneficiação de povoamentos de sobreiro ou azinheira (sem adensamentos) aplicando um fator de 5 x área de abate mais a área de afetação de raízes);*

*iii. Para o caso de sobreiros e azinheiras isolados a compensação pode ser feita por:*

*a) arborização (de áreas abertas ou com poucas árvores) aplicando um fator no mínimo de 1,25 x (área de abate mais a área de afetação de raízes);*

*b) beneficiação de povoamentos de sobreiro ou azinheira (com adensamentos) aplicando um fator de 3 x área de abate mais a área de afetação de raízes);*

*c) beneficiação de povoamentos de sobreiro ou azinheira (sem adensamentos) aplicando um fator de 5 x área de abate mais a área de afetação de raízes);”*

Para dar resposta ao solicitado neste documento a CIMAA contratou a empresa Florestas Sustentáveis – Gestão e Serviços Florestais, Lda. A resposta a este elemento é apresentada no documento que se apresenta a seguir.





## **Plano de compensação**

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

***“Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de***

***Fins Múltiplos do Crato”***

***Infraestruturas Secundárias***



## Índice

1.	INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	3
2.	ELEMENTOS GERAIS.....	3
2.1	- Identificação do Proponente .....	3
2.2	- Identificação e localização da área de intervenção.....	3
2.3	- Identificação de áreas potenciais de compensação .....	4
3.	OBJETIVOS GERAIS DO PLANO .....	6
3.1	- Medidas de Compensação .....	8
3.2	- Caracterização fisiográfica e climatológica.....	8
3.3	- Uso e ocupação atual do solo.....	15
3.4	- Restrições de utilidade pública/servidões administrativas .....	16
3.5	- Infraestruturas de DFCI, classes de perigosidade e rede viária florestal.....	17
3.6	- Enquadramento no sistema de planeamento .....	19
4.	BENEFICIAÇÃO.....	20
4.1	- Descrição técnica das ações propostas para a área beneficiar.....	20
4.2	- Plano previsional de gestão.....	22
5.	ANEXO I ( SIMULAÇÕES DE INVESTIMENTO) .....	24
6.	ANEXO II ( CONTACTOS ENTIDADES).....	27
7.	ANEXO III ( PEÇAS GRÁFICAS) .....	30
8.	ANEXO IV (DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE POVOAMENTO DE AZINHEIRA E SOBREIRO).....	31



O presente **plano de compensação “Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato”** para as Infraestruturas secundárias, foi elaborado a pedido da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, pela empresa **Florestas Sustentáveis - Gestão e Serviços Florestais, Lda**, número de identificação fiscal 509386296, com sede em Praça da Republica nº10, 7050-132 Montemor-o-Novo, e com os contactos, telefone/fax: 210993382 e e-mail: [info@florestassustentaveis.pt](mailto:info@florestassustentaveis.pt), sendo os responsáveis pela sua elaboração:

- João Manuel Lopes, Mestrado em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais, número de identificação fiscal 256 322 902;
- Luis Matos Botica, Licenciado em Engenharia dos Recursos Florestais, número de identificação fiscal 220 455 902;
- Manuel Luis Vaz Luis, Licenciado em Engenharia Florestal, número de identificação fiscal 218 244 185.





## 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

No âmbito da futura solicitação ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) de um **Pedido de Abate de Azinheiras e Sobreiros** na área de implementação do Empreendimento de Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (AFHM do Crato) - Infraestruturas secundárias, vimos por este meio apresentar um plano de compensação de acordo com a legislação em vigor, nos termos do Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de Junho:

*Manutenção da área de sobreiro e azinheira*

*1 - O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas condicionará a autorização de corte ou arranque de sobreiros e azinheiras em povoamentos, determinando como forma compensatória, sob proposta da Direcção-Geral das Florestas, medidas específicas para a constituição de novas áreas de povoamento ou beneficiação de áreas existentes, devidamente geridas, expressas em área ou em número de árvores.*

*2 - A constituição de novas áreas de sobreiros ou azinheiras ou a beneficiação de áreas preexistentes devem efetuar-se em prédios rústicos pertencentes à entidade proponente, com condições edafo-climáticas adequadas à espécie e abranger uma área nunca inferior à afetada pelo corte ou arranque multiplicada de um factor de 1,25.*

*3 - Para a elaboração da proposta a apresentar à tutela, a Direcção-Geral das Florestas deve solicitar à entidade promotora do empreendimento a apresentação de um projeto de arborização e respetivo plano de gestão e proceder, conjuntamente com a direcção regional de agricultura competente, à sua análise e aprovação.*

*4 - Para efeitos do disposto no n.º 1, pode ainda ser exigida à entidade promotora a constituição de garantia bancária, a favor da Direcção-Geral das Florestas, com o objetivo de assegurar o cumprimento das medidas nele previstas.”*

*(Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de Junho)*

Em concordância com o artigo referido e de modo a viabilizar o pedido de abate de azinheiras e sobreiros, apresentamos o plano com as medidas compensatórias, seguindo as regras definidas pelo ICNF para sua elaboração. Durante o decorrer deste processo foram mantidos contactos com o ICNF, de forma a esclarecer as dúvidas que foram surgindo para que o presente documento seja o mais completo possível.

## 2. ELEMENTOS GERAIS

### 2.1 - Identificação do Proponente

O presente plano é da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), que se constitui como seu proponente.

### 2.2 - Identificação e localização da área de intervenção

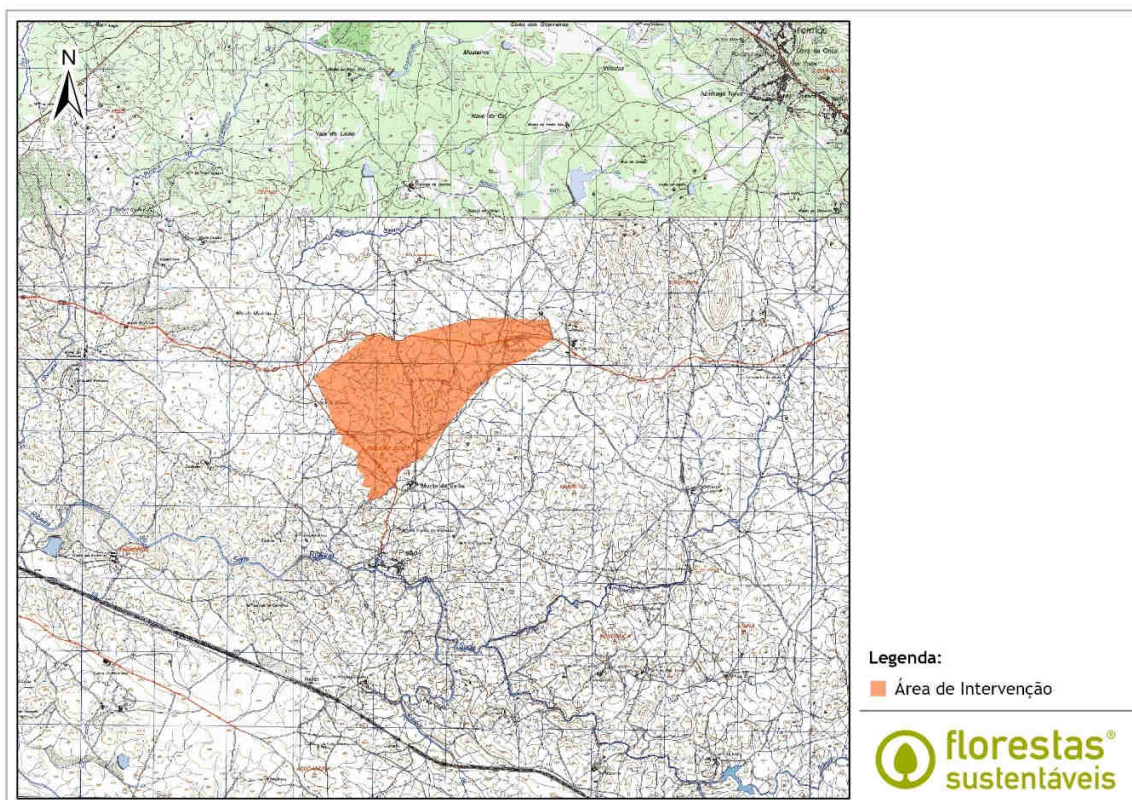
O plano de compensação referente ao aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (AHFM do Crato), localiza-se no distrito de Portalegre, encontrando-se a área de intervenção no concelho do Crato.



As coordenadas de enquadramento da área de intervenção são (ETRS89\_PT06):

Norte 39,2940728° N  
Oeste 7,5736608° W    Área de Intervenção    7,5354321° W  
Sul 39,2714172° N

Na figura 1 mostra-se a localização da área de intervenção em Carta Militar (1:25 000).



**Figura 1.** - Enquadramento da área de intervenção em Carta Militar (1:25 000)

### 2.3 - Identificação de áreas potenciais de compensação

No âmbito Consulta Prévia n.º 2021/300.10.005/134 foi adjudicada às Florestas Sustentáveis a tarefa de efetuar a identificação potencial de áreas adequadas ao plano de compensação de quercíneas, bem como elaborar diferentes cenários de compensação compatíveis com as áreas identificadas. Foram elaborados 3 cenários distintos - Anexo I;

- a. Arborização;
- b. Beneficiação com Adensamento;
- c. Beneficiação



Foi ainda definida pela CIMAA, uma listagem de prioridades para definição das áreas a compensar pelo abate de quercíneas:

A escolha das áreas a compensar (áreas potenciais) obedeceu aos seguintes critérios de hierarquização:

1. Áreas públicas localizadas no Alto Alentejo;
2. Áreas privadas localizadas no Alto Alentejo:
  - a. Áreas pertencentes a proprietários alvo de expropriação pelo AHFM do Crato;
  - b. Áreas pertencentes a proprietários de cariz social (misericórdias, fundações, entre outras).
3. Áreas públicas localizadas no Alentejo;
4. Áreas privadas localizadas no Alentejo:
  - a. Áreas pertencentes a proprietários de cariz social (misericórdias, fundações, entre outras);
  - b. Propriedades com maior dimensão.
5. Áreas públicas restantes;
6. Áreas privadas restantes:
  - a. Áreas pertencentes a proprietários de cariz social (misericórdias, fundações, entre outras);
  - b. Propriedades com maior dimensão.

Perante este cenário foram contactadas em primeiro lugar um conjunto entidades públicas e de cariz social, que se podem verificar no Anexo II.

Perante a dificuldade de encontrar áreas públicas no Alto Alentejo com possibilidade de participar neste investimento e seguindo o critério de hierarquização definido, foram feitos contactos aos proprietários alvo de expropriação (critério 2-a) tendo-se apresentado os cenários de intervenção adequados às suas explorações.

Serão realizados projetos de pormenor com o objetivo final de estabelecer acordos de cooperação.

Estes acordos serão validados pela CIMAA e finalizados antes da entrega do Projeto de Compensação final ao ICNF.



### 3. OBJETIVOS GERAIS DO PLANO

O projeto de aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (AHFM do Crato), surge com a necessidade de apresentar uma solução que garanta de forma sustentável, quer o abastecimento público de água, quer o desenvolvimento económico da região.

Com este investimento e de um modo global, esta nova reserva de água irá contribuir para a criação de agroindústrias (com a implementação de uma nova área de regadio), bem como a promoção do turismo na região.

De igual forma este investimento proporcionará o aumento da resiliência hídrica da região e um estímulo ao crescimento económico da área de influência do empreendimento.

A transição energética é outra das apostas deste investimento, ao promover a produção de energias renováveis, tanto hídrica (central hidroelétrica na barragem do Pisão) como fotovoltaica (duas centrais, uma em terra e outra flutuante).

Por estes motivos foi declarada a utilidade pública deste investimento justificando-se os abates de quercíneas previstos, desde que asseguradas as condições do decreto-lei já apresentado.

A zona prevista para o plano de compensação que apresentamos, é uma área vocacionada para a atividade agropecuária, compatibilizando áreas de floresta para a produção de pastagem, bolota e com produção de cortiça, caça e pesca.

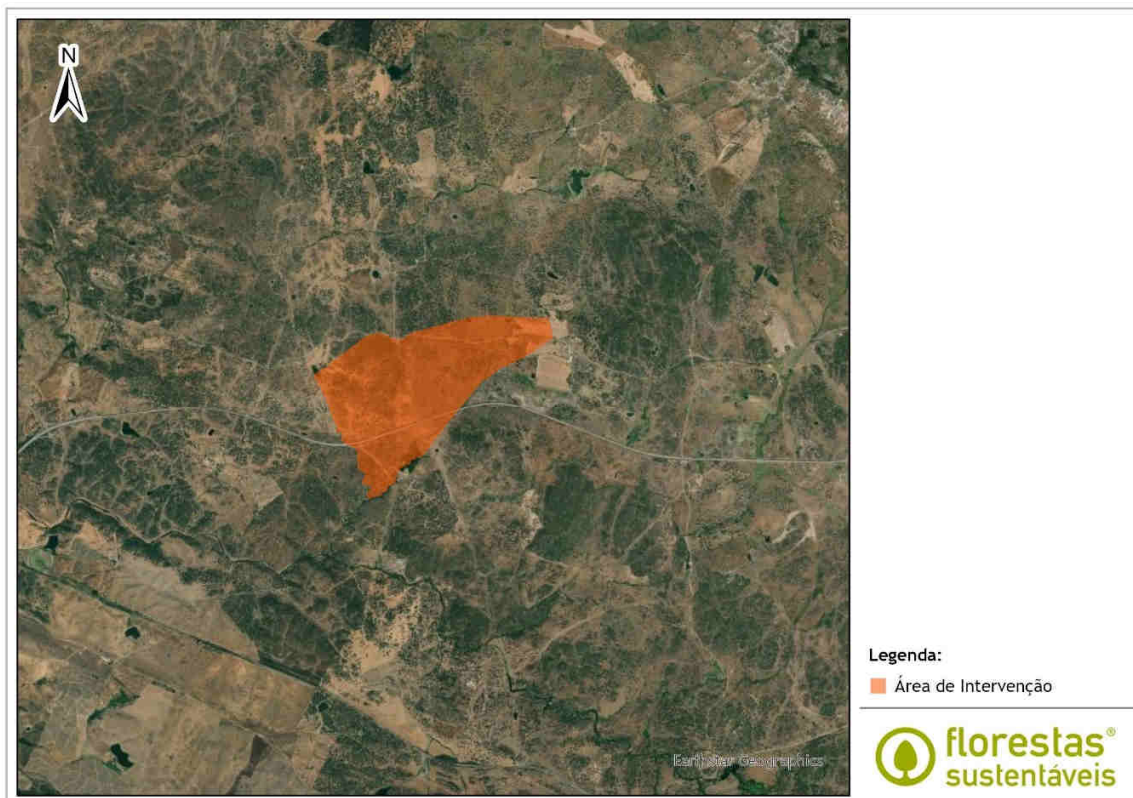
Os efetivos pecuários presentes são maioritariamente compostos por ovinos, bovinos e equinos.

A construção das infraestruturas secundárias da AHFM do Crato, à semelhança das infraestruturas primárias irão ter um impacto muito significativo no coberto florestal existente sendo necessária a eliminação de 2529 árvores, das quais 140 Sobreiros Adultos, 417 sobreiros jovens, 575 azinheiras adultas e 1397 azinheiras jovens, conforme demonstrado no relatório “Delimitação de Áreas de Povoamento de Azinheira e Sobreiro”. (Anexo V)

Estimamos que a área total afetada seja de 21,061 hectares, dos quais 17,099 ha de povoamentos, 1,115 ha referentes a árvores isoladas e 2,847 ha referentes árvores com raízes afetadas.

Na figura 2, ilustra-se a localização das propriedades em ortofotomapa onde se prevê a implantação do plano de compensação.

De notar que foi feita uma análise de uma área maior do que as necessidades verificadas (mesmo considerando qualquer um dos tipos de metodologias de compensação) no sentido de poder no futuro enquadrar eventuais recomendações/correções feitas pelas entidades competentes.



**Figura 2.** - Localização da área de intervenção sob ortofotomapa

As medidas compensatórias a realizar serão a beneficiação do povoamento misto de Sobreiro e Azinheira, com adensamento. O que pela aplicação da lei, obriga a uma compensação da área ocupada pelo conjunto de áreas de povoamento, árvores isoladas e afetação de raízes, multiplicada por um fator de 3. Totalizando uma área final de 63,183 hectares.

Com esse fim, foi selecionada uma propriedade com uma área de povoamento de sobreiro e de azinheira pertencente a um dos proprietários afetados pelo processo de expropriação.

Salvaguarda-se que para além das áreas selecionadas neste documento, existe uma reserva de áreas potenciais (439,15 ha). Estas áreas potenciais poderão incrementar ou substituir as áreas selecionadas, caso as mesmas sejam rejeitadas por parte das entidades competentes.

Nesta beneficiação estão preconizados adensamentos com azinheira/sobreiro com um compasso médio de 18,5 x 18,5 metros (30 arv/ha), com protetores individuais metálicos de modo a proteger as árvores dos animais existentes.

Estão previstas ações de beneficiação florestal como o controlo da vegetação espontânea, o tratamento do solo através de uma adubação e as podas de formação para a regeneração natural existente.



Importa ainda acrescentar que o presente Plano de Compensação deve ser entendido como uma peça (fundamental) de uma estratégia mais abrangente de mitigação dos impactes gerados pelo AHFM do Crato sobre o montado e a floresta de sobreiro e azinho.

### 3.1 - Medidas de Compensação

Execução das medidas compensatórias pela conversão de 21,061 hectares de povoamento de sobreiro e azinheira para implementação das infraestruturas secundárias da AHFM do Crato a concretizar por beneficiação de 68,183 ha de povoamento de sobreiro e azinheira já existente.

Esta área a beneficiar, foi calculada, de acordo com o relatório de **delimitação de áreas de povoamento de áreas de povoamento de azinheira e sobreiro**, entregue em anexo.

As medidas compensatórias a implementar na área a beneficiar são as seguintes:

- a) Sinalização, seleção de árvores de futuro e execução de podas de formação na regeneração natural;
- b) Controlo da vegetação espontânea com o recurso a corta-matos;
- c) Adubação de manutenção em toda a área de intervenção;
- d) Adensamento com azinheira/sobreiro (na proporção das árvores afetadas de cada espécie) a um compasso de 18,5 x 18,5 metros, na totalidade da área de povoamento existente, com a instalação de protetores individuais contra o gado e a fauna selvagem.

### 3.2 - Caracterização fisiográfica e climatológica

#### Orografia

A área de intervenção apresenta uma orografia suave, registando-se os valores de cota máxima de 330 metros junto limite Norte e cota mínima de 271,95 metros no limite Sul, como é observável na figura 3.

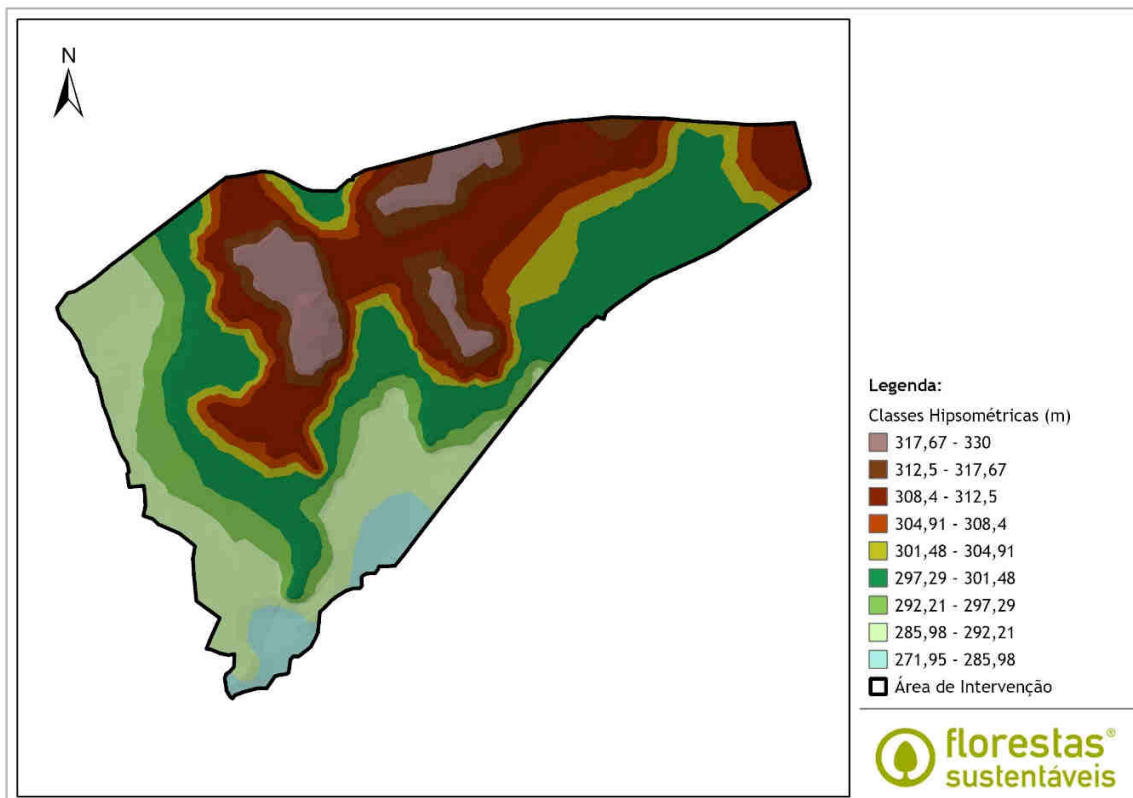


Figura 3. - Hipsometria

### Declive

Como consequência da variação altimétrica, o relevo apresenta-se em quase toda a área de intervenção plano ou pouco ondulado. Os declives predominantes na área de intervenção são da classe 0 - 2%, como se pode observar na figura 4.

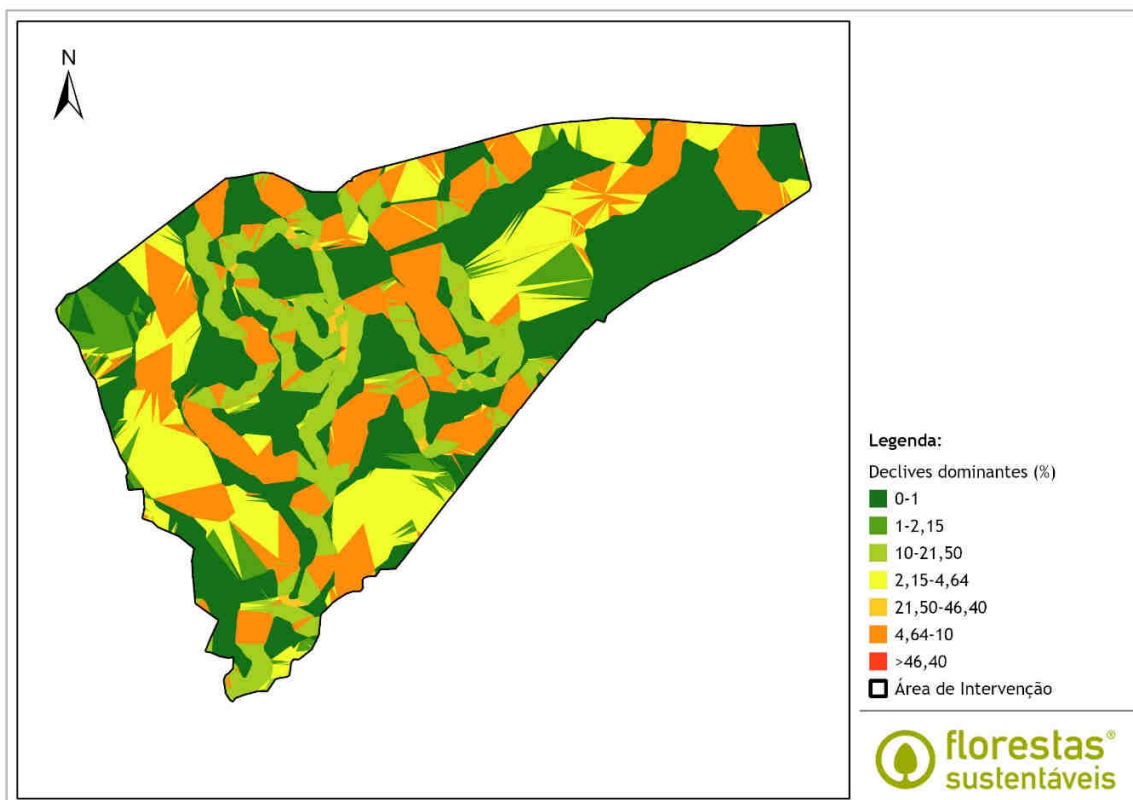
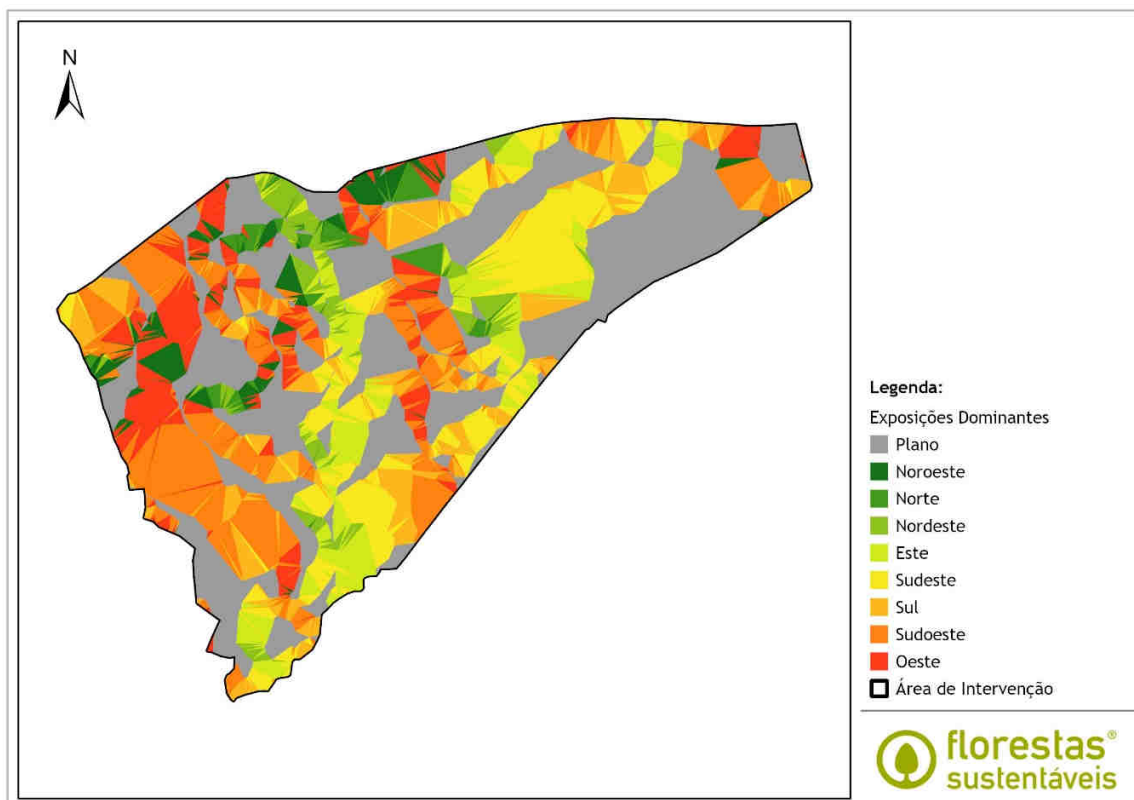


Figura 4. - Classes de Declive

### Exposições

As exposições dominantes na área de intervenção são primordialmente Sudeste, Sudoeste e Plano, com menos representatividade seguem-se as exposições Norte. Na figura 5 ilustramos as exposições dominantes.





**Figura 5.** - Exposição Dominante

### Hidrografia

A área de intervenção apresenta uma distribuição de linhas de água expressiva (figura 6), sendo atravessada por diversas linhas de água de regime temporário ou não permanente, nos quais apenas ocorre água quando se verificam situações de precipitação.

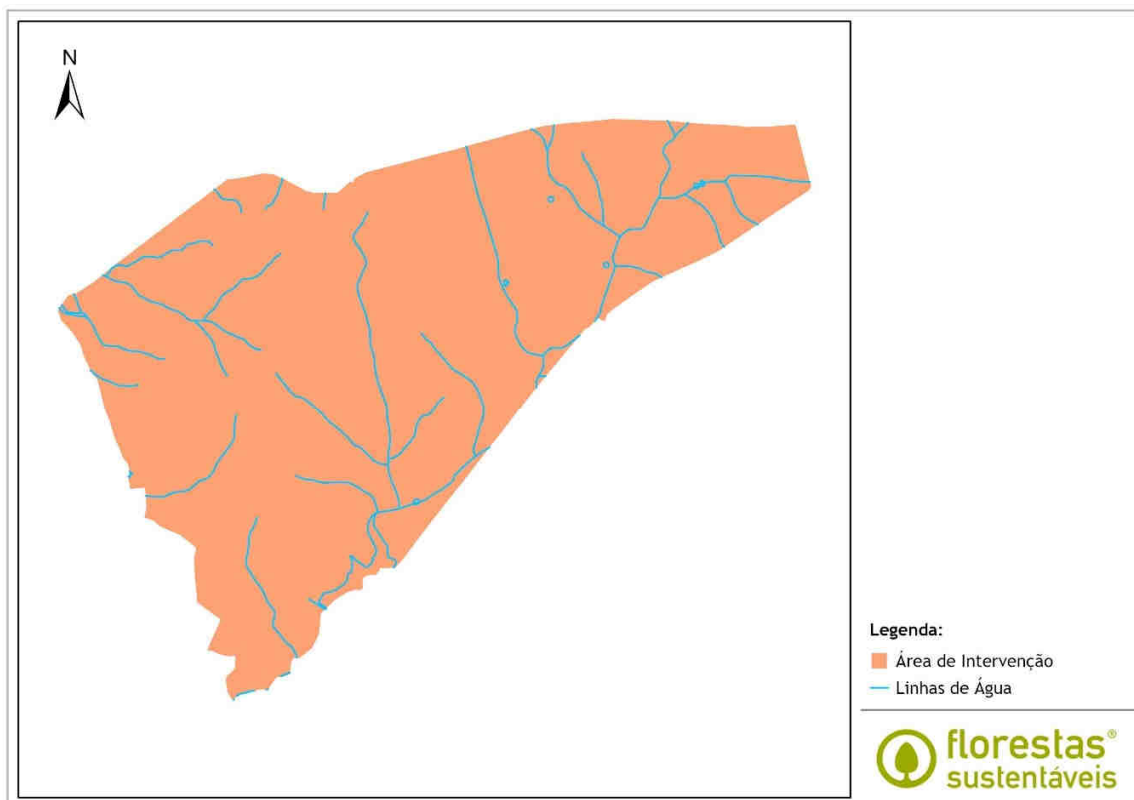


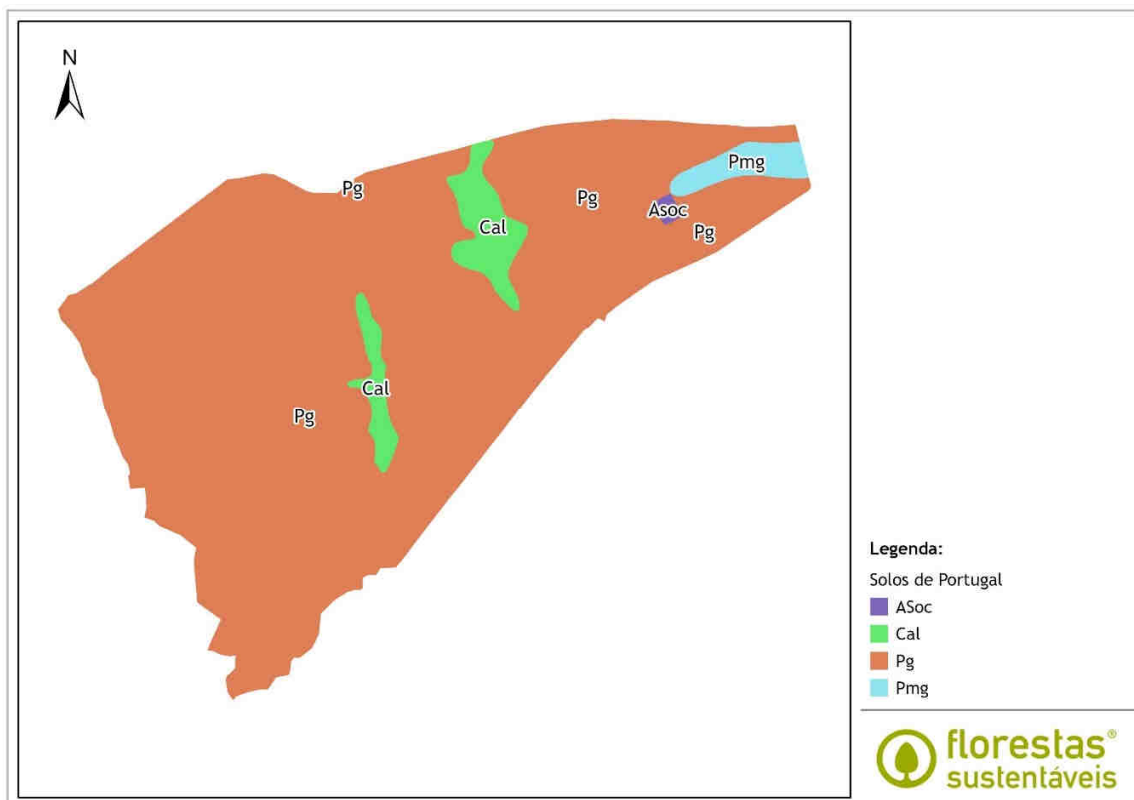
Figura 6. Hidrografia

## Solo

Os solos ocorrentes na área de intervenção são dominados pelos solos (Pg) - Solos litólicos, não húmicos pouco insaturados, normais, de granitos, como se pode verificar no quadro 1 e figura 7.

Quadro 1. Solos ocorrentes na propriedade

Código	Solos de Portugal (Tipo de solo)	Área (ha)
Asoc	Área Social	1,04
Cal	Solos Hidromórficos, Sem Horizonte Eluvial, Para-Aluviossolos (ou Para-Coluviossolos), de aluviões ou coluviais de textura ligeira	175,03
Pg	Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de granitos	360,10
Pmg	Solos Argiluvitados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Normais, de quartzodioritos	11,04



**Figura 7.** Solos ocorrentes na Propriedade

Estes solos caracterizam-se pela existência de um horizonte Pg de 15 a 25 cm, pardo, pardo pálido, pardo claro ou pardo-amarelado, de textura arenosa, estrutura sem agregados; com consistência sólida; pH 4,5 a 5,5. Com uma transição gradual para o horizonte AC ou B. O horizonte AC ou B tem uma espessura de 10 a 40 cm, de cor idêntica ao anterior mas ligeiramente calcário, com textura arenosa, estrutura sem agregados, com uma consistência sólida, pH 4,5 a 5,5, com uma transição gradual para horizonte C. O horizonte C tem uma cor mais clara do que a da camada superior (em regra parda clara), de espessura em geral superior a 10cm, arenoso ou franco-arenoso e com alguns fragmentos de rocha em meteorização; com a profundidade tornam-se cada vez mais evidentes os componentes minerais da rocha-mãe que é um granito ou rocha afim.

Nota: Em caso de dúvida quanto ao limite superior do horizonte C, e só neste caso, a fase delgada destes solos marcar-se-á, por convenção, quando a sua espessura efetiva for inferior a 35cm.



## Clima

A caracterização do clima da área de estudo foi obtida com base nas fichas climatológicas publicadas pelo Instituto de Meteorologia, correspondendo a Normais Climatológicas, calculadas para a série de 30 anos (1971 -2000).

A metodologia delineada assenta na apresentação e análise dos parâmetros climáticos, ao nível da sua variabilidade sazonal e espacial. Para o efeito utilizaram-se os dados recolhidos na estação meteorológica (climatológica) de Alvega, Portalegre e Vila Fernando. A escolha destas estações, em detrimento de outras, resulta da proximidade das mesmas à área de estudo. As localizações das estações utilizadas no presente trabalho, encontram-se referidas no quadro que se segue:

**Quadro 2.** - Identificação das Estações

Estação	Tipo	Latitude	Longitude	Altitude
Alvega	Climatológica	39°28'N	08°03'W	51
Portalegre	Climatológica	39°17'N	07°25'W	597
Vila Fernando	Climatológica	38°55'N	07°19'W	360

O quadro seguinte apresenta de um modo agregado os valores médios para as variáveis climáticas estudadas, obtidos com base nos dados recolhidos pelas estações meteorológica de Alvega, Portalegre e Vila Fernando, para o período 1971-2000.

**Quadro 3.** - Parâmetros Climáticos

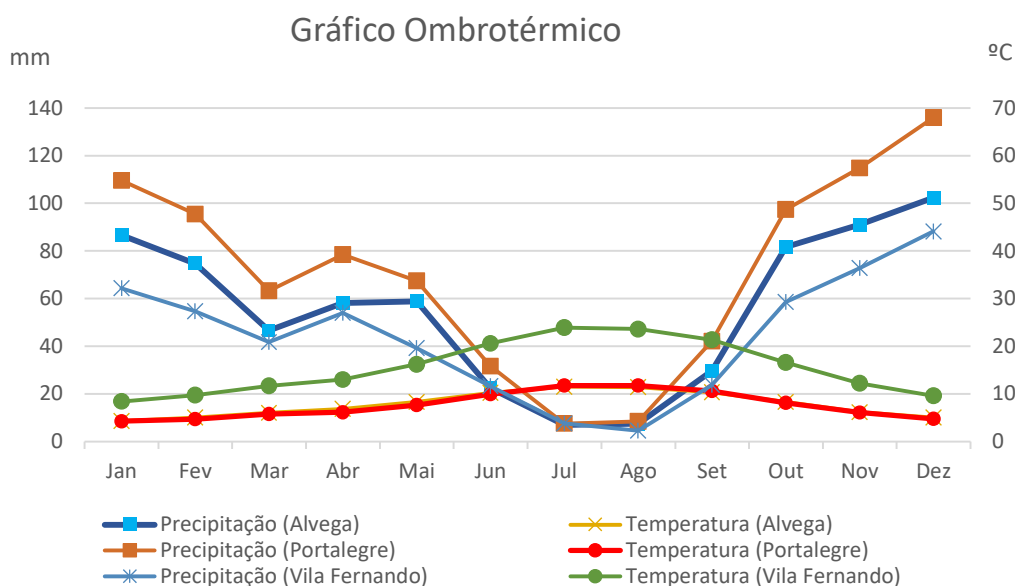
Variáveis climáticas	Valores		
	Alvega	Portalegre	Vila Fernando
Temperatura média anual (°C)	15,9	15,2	15,6
Temperatura média do mês mais quente - Julho (°C)	23	23,5	23,9
Temperatura média do mês mais frio - Janeiro (°C)	8,6	8,5	8,4
Precipitação anual (mm)	666,2	852,4	532,6
Evaporação (mm)	1294	1754,3	1266,2
Humidade relativa (9 horas) (%)	80	71	73
Nevoeiro (n.º dias/ano)	49,1	107,3	27,7
Geadas (n.º dias/ano)	30,1	4	27,3
Trovoada (n.º dias/ano)	16,2	21,7	9,4
Granizo e Saraiva (n.º dias/ano)	0,6	4,1	0,6
Neve (n.º dias/ano)	0,1	1,3	0,3

Fonte: Adaptado de Ficha Climatológica 1971-2000, Instituto de Meteorologia, I.P., Portugal

Através dos valores da temperatura e da precipitação é possível construir o chamado diagrama ombrotérmico, onde é facilmente visível a duração e a importância do período seco (meses em que



a quantidade de precipitação média, expressa em mm, não ultrapassa o dobro da temperatura média em °C).



**Figura 8.** - Diagrama Ombrotérmico

A análise deste diagrama permite constatar a existência de 4 meses secos, nomeadamente os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro. Esta situação é típica dos climas mediterrâneos onde os meses secos coincidem com o período estival. Deste modo, nos meses de Junho a Setembro, deverão ser evitadas operações de gestão florestal que provoquem elevado stress nas plantas, uma vez que estas já se encontram sobre grande pressão hídrica. Relativamente à distribuição da precipitação ao longo do ano, constata-se que é nos meses de Inverno que esta se torna mais intensa, sendo, pois, nesta época que as disponibilidades de água no solo aumentam. Contudo, deverão ser evitadas as épocas de precipitação muito intensa e frequente aquando da realização de operações florestais, sobretudo com meios mecânicos, dado que a possibilidade de encharcamento dos solos e de inviabilidade das mesmas é elevada.

### 3.3 - Uso e ocupação atual do solo

A área de intervenção é maioritariamente composta por áreas de montado de azinho e de sobreiro, com azinheiras e sobreiros dispersos e pastagens ou matos no subcoberto.

As áreas florestais têm primordialmente uma utilização silvopastoril, com o pastoreio de gado ovino e bovino, sendo também explorada a cortiça.

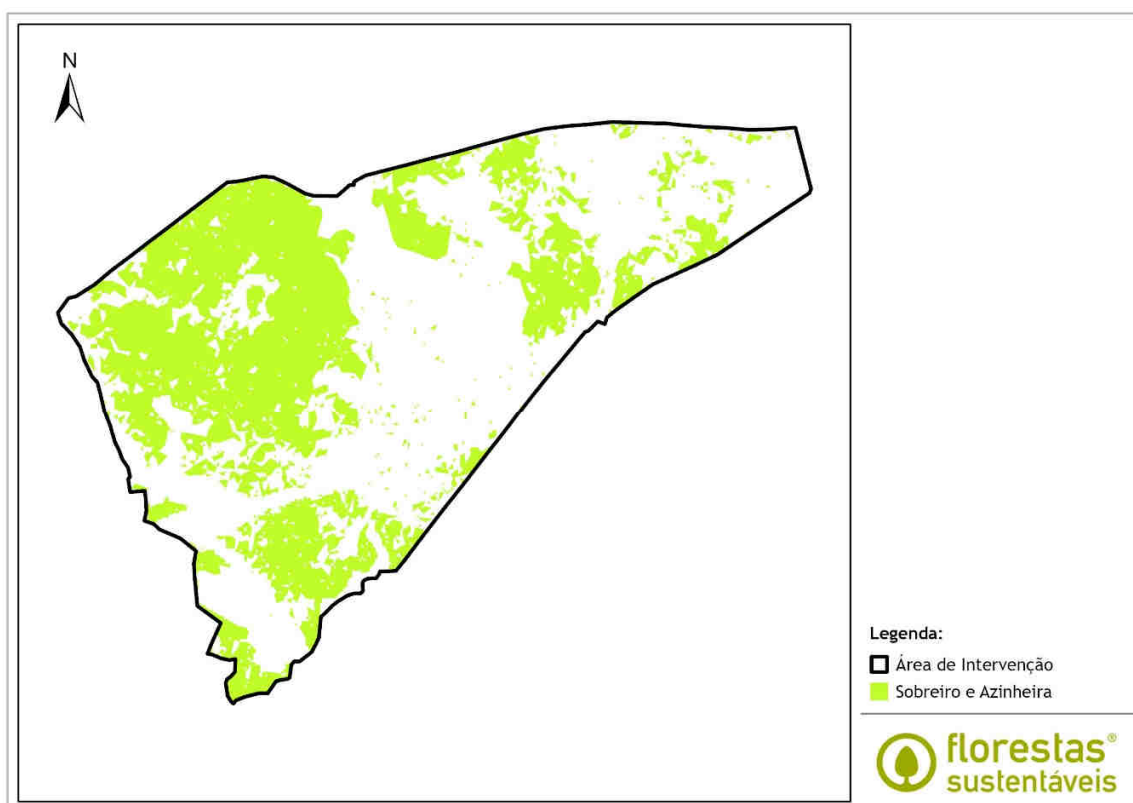
A ocupação do solo da área potencial de compensação é composta por áreas dominadas por azinheiras e sobreiros, uma vez que são essas as espécies que se pretendem compensar.



No quadro 4 e figura 9, apresentamos as classes de ocupação atual do solo e a distribuição pela área total da área de estudo.

**Quadro 4.** - Ocupação do solo

Ocupação Atual do Solo		Área (ha)	% da Área Total
Florestas	Sobreiro e Azinheiras	159,94	40,96%



**Figura 9.** - Ocupação do solo da área de intervenção

### 3.4 - Restrições de utilidade pública/servidões administrativas

De acordo com o PDM do Crato, a área de intervenção, está parcialmente englobada (279,95 ha) em reserva ecológica nacional (REN), parcialmente englobada (19,49 ha) em reserva agrícola nacional. Na carta de ordenamento está classificada como Áreas Silvopastoris - Montados de Sobreiro e Azinho (359,92ha), Área Agrícola Preferencial (21,85 ha), Albufeiras (6,27 ha), Áreas Silvopastoris - Outras áreas silvo - pastoris (1,68 ha), Áreas de Floresta de Proteção (1,11 ha). (Mapa de Restrições de utilidade pública/servidões administrativas. (Anexo II)



De acordo com o PDM do Crato, o Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto na sua redação atual que aprova o novo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e o Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março na sua redação atual que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, não existem restrições às intervenções a realizar no âmbito deste plano de compensação.

Foi também identificados na área de intervenção, um ponto arqueológico:

- i. 1 Sepultura- Monte da Velha (CNS 20460);

(Portal do arqueólogo (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>))

De acordo com o n.º 1 do Artigo 43 (Zonas de proteção), da Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural - Lei 107/2001, de 8 de setembro. Os bens imóveis classificados nos termos do artigo 15º da presente lei, ou em vias de classificação como tal, beneficiarão automaticamente de uma zona geral de proteção de 50 m, contados a partir dos seus limites externos, cujo regime é fixado por lei.

Foi ainda identificado um marco geodésico de 3ª Ordem. As medidas específicas de proteção a marcos geodésicos constantes no Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril, são as seguintes:

- a) Os marcos geodésicos e de triangulação cadastral ou outras referências construídas pelo Instituto Geográfico Português têm zonas de proteção que abrangem uma área em redor do sinal com o raio mínimo de 15 m;
- b) A extensão da zona de proteção é determinada, caso a caso em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais;
- c) Os proprietários ou usufrutuários dos terrenos situados dentro da zona de proteção referida não podem fazer plantações, construções e outras obras ou trabalhos de qualquer natureza que impeçam a visibilidade das direções constantes das minutas de triangulação revistas;
- d) Os projetos de obras ou planos de arborização na proximidade de marcos geodésicos ou de outras referências construídas pelo Instituto Geográfico Português não podem ser licenciados sem prévia autorização do Instituto Geográfico Português. (Atualmente, Direção Geral do Território)

### **3.5 - Infraestruturas de DFCI, classes de perigosidade e rede viária florestal**

A área a beneficiar encontra-se englobada no Plano Municipal de Defesa das Florestas Contra Incêndios (PMDFCI).

De acordo com o PMDFCI do Crato, a área a beneficiar está classificada maioritariamente como muito baixa e baixa perigosidade de incêndio florestal. No PMDFCI estão identificados dois pontos de água possíveis de utilizar em DFCI e estão identificados 4787 metros de rede viária florestal. Relativamente a faixas de gestão de combustíveis, foram identificadas as seguintes faixas:



Faixa lateral de terreno confinante à rede viária florestal numa largura não inferior a 10 m, nos espaços florestais e previamente definidos no PMDFCI - 9,93 ha.

Redes primárias de faixas de gestão de combustível, de interesse regional, cumprem todas as funções enunciadas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do Artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho e desenvolvem-se nos espaços rurais - 40,26 ha.

Faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados, nos espaços florestais e previamente definidos no PMDFCI - 0,71 ha.

Não foram identificadas mosaicos de parcelas de gestão de combustível (MPFG) na área de intervenção.

A figura 10 ilustra o enquadramento da área a beneficiar no PMDFCI do Crato.

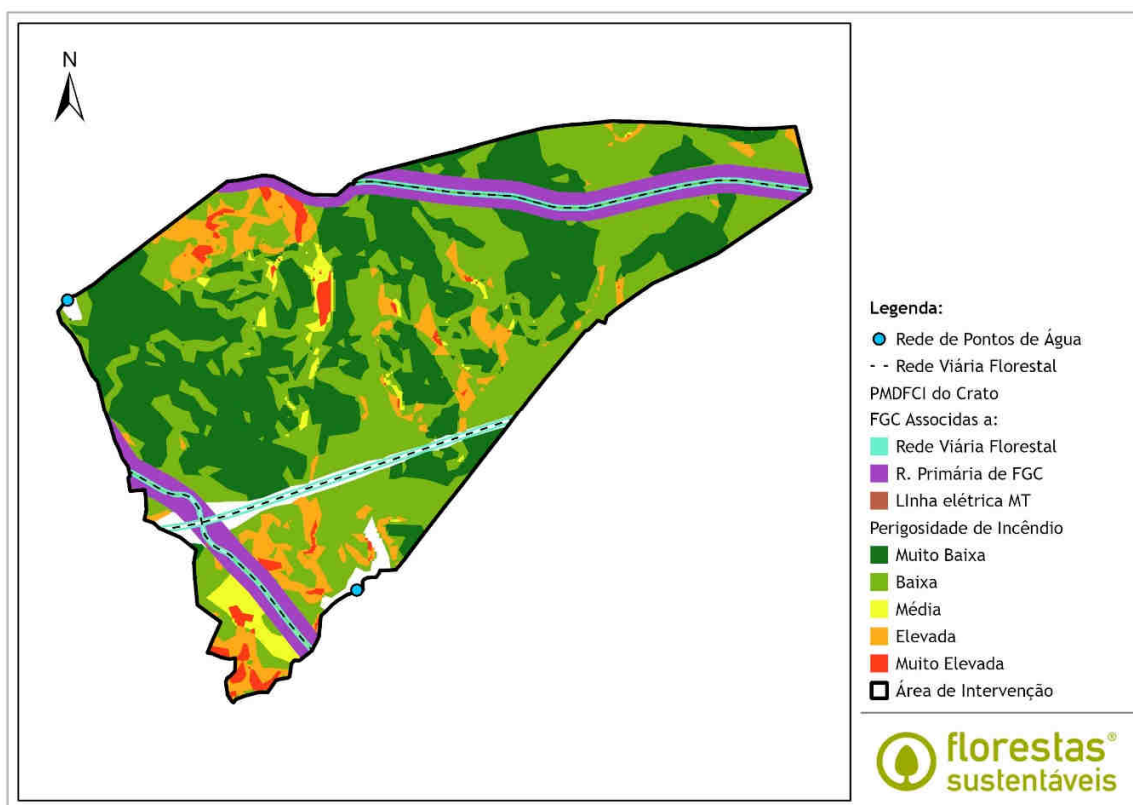


Figura 10. - Enquadramento no PMDFCI do Crato





### 3.6 - Enquadramento no sistema de planeamento

A área de intervenção está inserida no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF-AL), mais propriamente na sub-região homogénea (SRH) Peneplanície do Alto Alentejo.

A SRH Peneplanície do Alto Alentejo tem como funções predominantes a Produção, a Proteção e Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

A área de estudo encontra-se englobada em corredor ecológico, mais propriamente em 129,86 ha da sua área total.

Os corredores ecológicos ao nível dos PROF constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.

Os corredores ecológicos coincidentes com linhas de água, são dos mais importantes em termos de conectividade, mesmo em áreas urbanas significativamente fragmentadas, permitindo a circulação da fauna e flora ao longo da componente aquática, ou ao longo da galeria ripícola.

Para além das servidões e restrições legais aplicáveis, nessas áreas devem ser aplicadas, consoante o tipo de linha de água e a distância à margem da mesma, as seguintes normas relativas à arborização ou rearborização:

1. Linhas de água torrenciais ou temporárias;
  - i. Áreas que distam até 5 m das margens da linha de água torrencial ou temporárias:
    - a) Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
    - b) As ações de (re)arborização deverão ser com recurso a espécies autóctones;
    - c) Não realizar mobilização do solo mecânica e que alterem o perfil da margem.
  - ii. Áreas que distam mais de 5 m a partir da margem da linha de água torrencial ou temporária:
    - a) Assume o estipulado para a SRH respetiva.
2. Linhas de água permanentes
  - i. Áreas que distam até 10 m das margens da linha de água permanente:
    - i. Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação;
    - ii. As ações de (re)arborizações deverão ser com recurso a espécies autóctones;
    - iii. Não realizar mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.
  - ii. Áreas que distam entre os 10 e os 500 m a partir da margem da linha de água permanente:
    - i. Assume o estipulado para a SRH respetiva;
    - ii. Nas ações de arborização ou rearborização deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20%, relativamente à área da unidade de gestão a interencionar.



- iii. Áreas que distam mais de 500 m a partir da margem da linha de água permanente:
  - i. Assume o estipulado para a SRH respetiva;
  - ii. Quando comprovadamente estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000.
- 3. Todos os corredores ecológicos
  - i. Não deverão ser realizados cortes rasos em áreas contínuas ou contíguas superiores a 25ha.

(Adaptado do documento estratégico PROF de Alentejo, ICNF,2019)

De acordo com a cartografia presente no documento do PROF-Alentejo, mais propriamente na Carta de Síntese (PG.5), a área em estudo encontra-se totalmente classificada como áreas florestais sensíveis.

Pela análise da cartografia presente no capítulo C do documento do PROF-Alentejo, é impossível entender se a área em estudo está abrangida parcialmente por:

- i. Perigosidade de Incêndio Florestal (alta e muito alta);
- ii. Suscetibilidade a Pragas e Doenças (declínio da azinheira e sobreiro);
- iii. Risco de Erosão (risco de elevada erosão hídrica potencial do solo em povoamentos florestais);
- iv. Importância Ecológica (ecossistemas florestais de elevado valor natural);
- v. Importância Social e Cultural (povoamentos com especial valor cultural e espiritual).

As operações a realizar neste plano, estão de acordo com as orientações do PROF-AL.

#### 4. BENEFICIAÇÃO

##### 4.1 - Descrição técnica das ações propostas para a área beneficiar

As ações propostas para a área a beneficiar são as seguintes:

1. Sinalização da regeneração natural - Operação manual, com o intuito de sinalizar a regeneração natural de modo que a mesma seja perceptível aquando das operações de controlo da vegetação espontânea.
2. Seleção de árvores de futuro - Operação manual, com o objetivo de escolher as plantas com melhores condições para assegurarem a perpetuidade do povoamento.
3. Controlo da vegetação espontânea - Operação de eliminação da vegetação arbustiva e herbácea, com o objetivo de diminuir a competição interespecífica e reduzir o risco de incêndio. Esta operação deverá ser preferencialmente realizada com o recurso de um corta matos. Caso não seja possível a utilização do corta-matos, deverá ser utilizada uma grade



ligeira ou alfaia similar de modo a danificar o menos possível as raízes das árvores, evitando a limpeza, numa área duas vezes superior á área de projeção da copa das mesmas.

4. Tratamento de Solo - Adubação de manutenção - Esta operação tem como objetivo restaurar a fertilidade do solo. Com este procedimento pretende-se revitalizar os povoamentos e prevenir o aparecimento de pragas e doenças, pois ao diminuir a debilidade do montado provocada por carências nutritivas aumenta-se a sua capacidade de defesa a agentes bióticos nefastos. A restauração da fertilidade do solo será realizada com recurso a um adubo rico em fósforo e com algum poder corretivo, A operação propriamente dita de adubação consistirá apenas na distribuição do adubo por meio de um distribuidor centrífugo.
5. Adensamento com sobreiro/azinheira a um compasso de 18,5 x 18,5 m - O adensamento será realizado da seguinte forma:

**Quadro 5.** Operações a realizar no adensamento

Adensamento com azinheira/Sobreiro (Compasso 18,5 x 18,5 m)		
Ano	Operação	Descrição
2024 (Setembro/Octubre)	Instalação de azinheira/sobreiro Adensamento (18,5 x 18,5 m)	Sinalização da regeneração natural, Limpeza de matos, Marcação e piquetagem; Abertura de cova com broca ou abertura de rego de plantação.
2024 (Outubro/Novembro)		Plantação; Adubação; Colocação de Protetores.
2025 (Março/Abril)		Sacha e Amontoa.
2025 (Outubro/Novembro)  e anos seguintes	Retanchar	Plantação; Adubação; Recolocação de Protetores

O compasso escolhido tem como objetivo, manter a função de Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores, na área a intervencionar de acordo com as orientações do PROF-AL.

Dada, a orografia do terreno e a densidade preconizada, a preparação do terreno pode ser simples e sem preocupações com a erosão.



A preparação do solo para adensamento de clareiras vai ser efetuada com metodologia que garante que não serão causados danos no sistema radicular das árvores (Covas com broca) e no caso de ser escolhido abertura de regos a área de não mobilização do solo vai ser superior a duas vezes o raio de copa das árvores adultas;

Dada a necessidade de manter as densidades de instalação, estão previstas retanchas de acordo com a necessidade nos anos seguintes à primeira instalação.

6. Colocação de protetores contra o gado e a fauna selvagem - A colocação de protetores metálicos, visa proteger as jovens plantas do gado e da fauna selvagem, assim assegurando melhores condições para o seu desenvolvimento.
7. Podas de formação nas árvores jovens existentes - Na zona de intervenção encontramos regeneração natural não encaminhada. As podas de formação têm como finalidade conferir à copa um porte equilibrado, impedindo a ramificação do fuste a um nível inferior, auxiliando também a constituição de uma porção de tronco que seja alto, direito e sem bifurcações. Assim, a poda de formação consiste na supressão, de forma seletiva, das bifurcações do fuste e também dos ramos que desequilibram a copa ou que apresentem um desenvolvimento excessivo, que poderão perturbar o crescimento do ramo terminal e a correta forma do fuste. Esta operação deverá ser cuidadosa, no sentido de não promover feridas extensas no fuste da árvore, para que mais tarde não sejam uma porta de entrada para agentes bióticos. O ideal seria não ter feridas com diâmetros superiores a 3-5 cm. Deverá, ainda, ser executada o mais rente possível do fuste, não deixando tocos e sem o ferir, com o fim de melhorar as condições de cicatrização e impedir o ataque de agentes nocivos (pragas e doenças);

#### 4.2 - Plano previsional de gestão

No quadro 6, apresentamos o esquema de calendarização das operações a implementar no plano de compensação, assim como a sua manutenção.

**Quadro 6.** Plano previsional de gestão num horizonte de 20 anos.

Plano Previsional de Gestão da Área a Beneficiar		
Ano	Operação	Descrição
n+0	Sinalização da regeneração natural	Operação manual
	Controlo da vegetação espontânea	Operação mecânica ou moto-manual
	Seleção de árvores de futuro	Operação manual
	Podas de formação	Operação manual
	Adensamento com azinheira/Sobreiro	Operações mistas
	Colocação de protetores individuais (metálicos)	Operação manual



Plano Previsional de Gestão da Área a Beneficiar		
Ano	Operação	Descrição
n+1 (quando necessário)	Retanchar	Operação manual
n+5	Sinalização da regeneração natural	Operação manual
	Controlo da vegetação espontânea	Operação mecânica ou moto-manual
n+(7-10)	Sinalização da regeneração natural	Operação manual
	Seleção de árvores de futuro	Operação manual
	Controlo da vegetação espontânea	Operação mecânica ou moto-manual
n+(10-15)	Poda de formação	Operação moto-manual
	Sinalização da regeneração natural	Operação manual
	Controlo da vegetação espontânea	Operação mecânica ou moto-manual
n+(15-20)	Sinalização da regeneração natural	Operação manual
	Seleção de árvores de futuro	Operação manual
	Controlo da vegetação espontânea	Operação mecânica ou moto-manual
	Poda de formação	Operação moto-manual

n=2024

As ações previstas ao longo dos 20 anos não irão implicar danos nas raízes pois irá ser escolhido o controlo de matos com corta-matos, no entanto, quando houver mobilização do solo a área de não intervenção, vai ser superior a duas vezes o raio de copa das árvores adultas.

As operações fitossanitárias como os abates de árvores mortas e decrépitas, as podas fitossanitárias, a aplicação de armadilhas de captura massiva de insetos e a aplicação de fitofármacos homologados, não foram objeto de calendarização. No entanto poderão ser necessárias a médio prazo.



## 5. ANEXO I ( SIMULAÇÕES DE INVESTIMENTO)

CIMAA - ARBORIZAÇÃO  
BARRAGEM DO PISÃO

Local	ACÇÕES A REALIZAR	Área/N.º/Kg	Valor Unitário	Valor Proposto
1	<b>LOCAL 1</b>			
	<i>Plantação, sementeira e aproveitamento de regeneração natural</i>	<b>1,000</b>		
	Plantação de Azinheira (416 plantas/ha)	1,000	1,240 €	517,08 €
	Plantas	417		
	Abertura de covas	417		
	Plantação	1		
	Adubo (35 gr)	15,0		
	Retanchar (50%) - Ano 1	0,50		258,54 €
	<i>Proteções Individuais de Plantas</i>	<b>1,000</b>		
	Proteções Individuais de Plantas	417,000	0,465 €	193,91 €
	<i>Sacha e amontoa</i>	<b>1,000</b>		
	Sacha e amontoa	1,000	102,030 €	102,03 €
	<i>Marcação e piquetagem</i>	<b>1,000</b>		
	Marcação e piquetagem	1,000	41,600 €	41,60 €
	<i>Preparação Mecânica do Terreno</i>	<b>1,000</b>		
	D2 - Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem e Vala e Cômoro	1,000	922,000 €	922,00 €
<b>TOTAL</b>				<b>2 035,16 €</b>
<b>PLANO PREVISIONAL DE GESTÃO</b>				
Ano 2	Retanchar - 30%	1		172,36 €
Ano 3	Retanchar - 25%	1		129,27 €
Ano 3	Controlo de Vegetação espontanea - Mecanica	1		172,13 €
Ano 3	Controlo de Vegetação espontanea - Manual	1		111,20 €
Ano 4	Retanchar - 20%	1		103,42 €
Ano 5	Retanchar - 15%	1		86,18 €
Ano 5	Controlo de Vegetação espontanea - Mecanica	1		172,13 €
Ano 5	Controlo de Vegetação espontanea - Manual	1		111,20 €
Ano 10	Podas de Formação	1		222,40 €
Ano 10	Controlo de Vegetação espontanea - Mecanica	1		172,13 €
Ano 10	Controlo de Vegetação espontanea - Manual	1		111,20 €
Ano 15	Podas de Formação	1		222,40 €
Ano 15	Controlo de Vegetação espontanea - Mecanica	1		172,13 €
Ano 15	Controlo de Vegetação espontanea - Manual	1		111,20 €
Ano 20	Podas de Formação/Desbaste	1		222,40 €
Ano 20	Controlo de Vegetação espontanea - Mecanica	1		172,13 €
Ano 20	Controlo de Vegetação espontanea - Manual	1		111,20 €
<b>TOTAL</b>				<b>2 575,05 €</b>
<b>TOTAL (1+2)</b>				<b>4 610,21 €</b>
Simulação 500 hectares (Factor 1,25):937,5 hectares				<b>2 881 378,75 €</b>



CIMAA - ADENSAMENTO  
 BARRAGEM DO PISÃO

Local	ACÇÕES A REALIZAR	Área/N.º/Kg	Valor	Valor
			Unitário	Aprovado
1	<b>LOCAL 1</b>			
	<b>Adensamento 30arv./há (18 x 18,5)</b>	<b>1,000</b>		
	Plantas	30,00	0,450 €	13,50 €
	Adubo	0,35	2,500 €	0,88 €
	Marcação e Piquetagem	1,000	25,000 €	25,00 €
	Controlo de Vegetação Espontanea	1,000	206,550 €	206,55 €
	Ripagem/Abertura Manual de Covas	1,000	92,520 €	92,52 €
	Plantação	30,000	0,500 €	15,00 €
	Adubação na cova	30,000	0,500 €	15,00 €
	Retanchar - 50%	1,000		44,38 €
	<b>Tratamento do solo</b>	<b>1,00</b>		
	Adubo (200 kg/ha)	200,00	105,000 €	105,00 €
	Adubação	1,00		
	<b>Aquisição e instalação de proteções individuais</b>	<b>1,00</b>		
	Protectores plasticos	30,00	0,465 €	13,95 €
	<b>Aquisição e instalação de proteções individuais</b>	<b>1,00</b>		
	Instalação de protectores contra o gado e a fauna selvagem nas árvores plantadas	30,00	16,25 €	487,50 €
	<b>Beneficiação Florestal</b>	<b>1,00</b>		
	Podas de formação	1,00	111,20 €	111,20 €
	Rechega e destruição de sobrantes	1,00	103,28 €	103,28 €
<b>TOTAL</b>				<b>1 233,75 €</b>
<b>PLANO PREVISIONAL DE GESTÃO</b>				
Ano 2	Retanchar - 25%	1		22,19 €
Ano 5	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
Ano 10	Podas de Formação	1		111,20 €
Ano 10	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
Ano 15	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
Ano 20	Podas de Formação	1		111,20 €
Ano 20	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
<b>TOTAL</b>				<b>933,09 €</b>
<b>TOTAL (1+2)</b>				<b>2 166,83 €</b>
<b>Simulação 500 hectares (Factor 3): 1500 hectares</b>				<b>3 250 248,75 €</b>



CIMAA - BENEFICIAÇÃO  
 BARRAGEM DO PISÃO

Local	ACÇÕES A REALIZAR	Área/N.º/Kg	Valor	Valor
			Unitário	Aprovado
1	<b>LOCAL 1</b>			
	<i>Tratamento do solo</i>	<b>1,00</b>		
	Adubo (200 kg/ha)	200,00	105,000 €	105,00 €
	Adubação	1,00		
	<i>Beneficiação Florestal</i>	<b>1,00</b>		
	Limpeza Mecânica de Vegetação	1,00	206,55 €	206,55 €
	Limpeza Manual de Vegetação	1,00	111,20 €	111,20 €
	Podas de formação	1,00	111,20 €	111,20 €
	Podas Fitossanitárias	1,00	278,00 €	278,00 €
	Recheia e Destruição de Sobrantes	1,00	113,46 €	113,46 €
<b>TOTAL</b>				<b>925,41 €</b>
<b>PLANO PREVISIONAL DE GESTÃO</b>				
Ano 5	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
Ano 10	Podas de Formação	1		111,20 €
Ano 10	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
Ano 15	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
Ano 20	Podas de Formação/Correcção Densidades	1		111,20 €
Ano 20	Controlo de Vegetação espontanea	1		172,13 €
<b>TOTAL</b>				<b>910,90 €</b>
<b>TOTAL (1+2)</b>				<b>1 836,31 €</b>
<b>Simulação 500 hectares (Factor 5): 2500 hectares</b>				<b>4 590 775,00 €</b>





## 6. ANEXO II ( CONTACTOS ENTIDADES)

Entidade	Contacto Institucional
Alter do Chão	geral@cm-alter-chao.pt
Arronches	geral@cm-arronches.pt
Avis	geral@cm-avis.pt
Campo Maior	Pelo site
Castelo de Vide	castvide@mail.telepac.pt
Crato	geral@cm-crato.pt
Elvas	geral@cm-elvas.pt
Fronteira	municipio@cm-fronteira.pt
Gavião	geral@cm-gaviao.pt
Marvão	geral@cm-marvao.pt
Monforte	presidente@cm-monforte.pt
Nisa	geral@cm-nisa.pt
Ponte de Sor	geral@cm-pontedesor.pt
Portalegre	municipio@cm-portalegre.pt
Sousel	geral@cm-sousel.pt
Alandroal	geral@cm-alandroal.pt
Arraiolos	geral@cm-arraiolos.pt
Borba	geral@cm-borba.pt
Estremoz	al@cm-estremoz.pt
Évora	cmevora@cm-evora.pt
Montemor-o-Novo	cmmontemor@cm-montemornovo.pt
Mora	geral@cm-mora.pt
Mourão	gap@cm-mourao.pt
Portel	geral@mail.cm-portel.pt
Redondo	geral@cm-redondo.pt
Reguengos de Monsaraz	geral@cm-reguengos-monsaraz.pt
Vendas Novas	geral@cm-vendasnovas.pt
Viana do Alentejo	camara@cm-vianadoalentejo.pt
Vila Viçosa	geral@cm-vilavicosa.pt.
Alcácer do Sal	geral@m-alcacerdosal.pt
Grândola	geral@cm-odemira.pt
Odemira	geral@cm-odemira.pt
Santiago do Cacém	geral@cm-santiagocacem.pt
Sines	geral@mun-sines.pt
Aljustrel	geral@mun-aljustrel.pt
Almodôvar	geral@cm-almodovar.pt
Alvito	geral@cm-alvito.pt.
Barrancos	geral@cm-barrancos.pt
Beja	GERAL@CM-BEJA.PT
Castro Verde	geral@cm-castroverde.pt
Cuba	geral@cm-cuba.pt
Ferreira do Alentejo	geral@cm-ferreira-alentejo.pt
Mértola	geral@cm-mertola.pt
Moura	<a href="mailto:cmmoura@cm-moura.pt">cmmoura@cm-moura.pt</a>



Entidade	Contacto Institucional
Ourique	geral@cm-ourique.pt
Serpa	geral@cm-serpa.pt
Vidigueira	geral@cm-vidigueira.pt
Misericórdia da Vila do Crato	secretaria@scmcrato.com
Misericórdia de Alegrete	provedora@scm-alegrete.com
Misericórdia de Alpalhão	santacasamalpalhao@sapo.pt
Misericórdia de Alter do Chão	geral@scmalter.pt
Misericórdia de Amieira do Tejo	amieira@ump.pt;
Misericórdia de Arronches	misericordia.arez@gmail.com
Misericórdia de Avis	scm.arronches@sapo.pt
Misericórdia de Cabeço de Vide	scmcvide@gmail.com
Misericórdia de Campo Maior	misericordia@scmcm.pt
Misericórdia de Cano	misericordiacano@gmail.com
Misericórdia de Castelo de Vide	stacasacastelodevide@gmail.com
Misericórdia de Elvas	misericordiaelvas@gmail.com
Misericórdia de Fronteira	santacasafrenteira@sapo.pt
Misericórdia de Gáfete	scmgafete@sapo.pt
Misericórdia de Gavião	misericordiagaviao@gmail.com
Misericórdia de Marvão	geral@scmmarvao.pt
Misericórdia de Monforte	monfortescm@sapo.pt
Misericórdia de Montalvão	s.c.m.montalvao@sapo.pt
Misericórdia de Montargil	scmmontargil@gmail.com
Misericórdia de Nisa	geral@scmnisa.pt
Misericórdia de Ponte de Sor	geral@scmps.pt
Misericórdia de Portalegre	geral@scmportalegre.pt
Misericórdia de Sousel	santacmsousel@sapo.pt
Misericórdia de Alandroal	scmalandroal@sapo.pt
Misericórdia de Alcáçovas	geral@scmalcacovas.pt
Misericórdia de Arraiolos	scmarraiolos@hotmail.com
Misericórdia de Azaruja	geral@scm-azaruja.pt
Misericórdia de Borba	geral@scmborba.pt
Misericórdia de Cabeção	rlopesaleixo@gmail.com
Misericórdia de Cabrela	misericordiacabrela@gmail.com
Misericórdia de Estremoz	misericordia_estremoz@sapo.pt
Misericórdia de Évora	geral@scmevora.pt
Misericórdia de Évoramonte	scmevoramonte@gmail.com
Misericórdia de Lavre	santacasadamisericordia.lavre@gmail.com
Misericórdia de Monsaraz	scmmonsaraz@gmail.com
Misericórdia de Montemor-o-Novo	scmmn@scmmn.com
Misericórdia de Mora	geral@scmmora.pt
Misericórdia de Mourão	santamisede@gmail.com
Misericórdia de Pavia	scmpavia@gmail.com
Misericórdia de Portel	misericordia.portel@gmail.com
Misericórdia de Reguengos de Monsaraz	geral-adm@scmreguengos.eu
Misericórdia de Veiros	scmveiros@hotmail.com
Misericórdia de Vendas Novas	geral@scmvn.mail.pt



Entidade	Contacto Institucional
Misericórdia de Viana do Alentejo	geral@scmva.pt
Misericórdia de Vila Viçosa	scmvv@sapo.pt
Misericórdia do Redondo	geral@misericordiaredondo.pt
Misericórdia do Vimieiro	geral@scmvimieiro.pt
Misericórdia da Nossa Senhora da Assunção de Messejana	misericordiamessejana@sapo.pt
Misericórdia da Vidigueira	scmv-vidigueira@sapo.pt
Misericórdia de Aljustrel	scmasecretaria5@gmail.com
Misericórdia de Almodôvar	scmalmodovar@gmail.com
Misericórdia de Beja	geral@scmbeja.pt
Misericórdia de Cuba	scmcuba@mail.telepac.pt
Misericórdia de Ferreira do Alentejo	geral@scmfa.pt
Misericórdia de Mértola	scmertola@gmail.com
Misericórdia de Moura	geral@larsaofrancisco.pt
Misericórdia de Odemira	geral@scmodemira.pt
Misericórdia de Ourique	geral@scmourique.pt
Misericórdia de Serpa	geral@scmserpa.pt
Misericórdia de Vila Alva	svilaalva.social@gmail.com
Misericórdia de Vila de Frades	stavilafrades@gmail.com
Misericórdia do Alvito	misericordiaalvito@sapo.pt
Misericórdia de Lisboa	secretaria-geral@scml.pt
Companhia das Lezírias	lezirias@cl.pt
Fundação Alter Real	geral@alterreal.pt
Direção Regional de Agricultura do Alentejo	geral@drapalentejo.gov.pt
Instituto de Conservação da Natureza	geral@icnf.pt
Ministério da Justiça	Pelo site
Fundação Casa de Bragança	fcb.delegacaovilavicosafcbbraganca.pt



## **7. ANEXO III ( PEÇAS GRÁFICAS)**

- 1 - Planta de localização da área a beneficiar - Carta Militar
  
- 2 - Planta de localização da área a beneficiar - Ortofotomapa
  
- 3 - Planta de condicionantes/servidões de utilidade pública existentes
  
- 4 - Planta das infraestruturas DFCI e da rede viária florestal
  
- 5 - Planta de perigosidade de incêndio
  
- 6 - Planta de localização áreas potenciais (Reserva) - Ortofotomapa
  
- 7 - Informação digital



## **8. ANEXO IV (DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE POVOAMENTO DE AZINHEIRA E SOBREIRO)**



Rua do Mar da China, 1 - Escritório 2.4 • Parque das Nações, 1990-137 Lisboa • Portugal  
Telefone (+351) 21 752 01 90 • Fax (+351) 21 752 01 99 • E-mail geral@aqualogus.com  
[www.aqualogus.com](http://www.aqualogus.com)